


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1004065-16.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**  
 Requerente: **Celso Guarniere**  
 Requerido: **Gabriel do Carmo e outro**

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput,  
 parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos  
 à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

A corré Jaqueline é revel.

Citada pessoalmente (fl. 29), ela não compareceu  
 à audiência realizada e tampouco contestou a ação, de sorte que se reputam verdadeiros os  
 fatos quanto a ele articulados pela autora (art. 20 da Lei nº 9.099/95).

A responsabilidade pelo acidente tratado nos  
 autos é incontroversa.

O réu em contestação não refutou ter sido o  
 causador da colisão em apreço, não ofertando uma única justificativa para tanto ou  
 ofertando argumento que de algum modo o favorecesse.

O quadro delineado mostra-se suficiente para a  
 decisão da causa, não necessitando da produção de outro tipo de prova qualquer, pois, é  
 incontroverso o evento danoso suportado pelo autor.

A proposta para pagamento do valor pleiteado  
 não foi aceita pela autor, de sorte que nesse contexto o acolhimento da pretensão deduzida  
 é de rigor.

Por outro lado, à míngua de impugnação ao valor

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

pleiteado pelo autor, o acolhimento da pretensão deduzida é de rigor.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu a pagar à autora a quantia de R\$7.220,70, acrescida de correção monetária, a partir de agosto de 2015, e de juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 06 de junho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**